**Reflexos do neoliberalismo na educação: a Educação Integral como contra-proposta**

Fernando Leite de Souza

Camila Costa Gigante

A Segunda Guerra Mundial devastou o continente europeu, tornando necessário a reconstrução da região no pós-guerra. A resposta a essa necessidade veio na forma de alianças entre países capitalistas, resultando na criação de organizações internacionais voltadas para a redefinição das políticas econômicas globais. Em 1970, o sistema capitalista enfrentou uma crise tornando inviável a manutenção do modelo de Bem-Estar Social, levando ao fortalecimento do neoliberalismo. No Brasil, o neoliberalismo começou a ganhar espaço nas últimas décadas do século XX e se consolidou nos governos subsequentes, influenciando a política econômica e social do país. Este estudo contextualiza a evolução das políticas neoliberais no Brasil, suas consequências e a trajetória da Educação Integral, desde os ideais de John Dewey e Anísio Teixeira até as iniciativas contemporâneas, destacando a importância de uma abordagem educacional integrada e os desafios enfrentados na produção dessas políticas públicas.

Com o fim da segunda guerra mundial (1939-1945), iniciou-se uma aliança dos países capitalistas capitaneados pelos Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de reconstruir o continente europeu devastado pela guerra (HERMIDA; LIRA, 2018). Dessa aliança surgiram diversas organizações, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944; o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944; a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949 e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Essas organizações buscaram redefinir as políticas econômicas dos países capitalistas dependentes, com o objetivo de acentuar a relação de dependência desses países em relação ao grande capital estrangeiro. (HERMIDA; LIRA, 2018; LOPES; CAPRIO, 2008)

Com a crise do modo de produção capitalista no ano de 1970, ficou insustentável manter a experiência de “Bem Estar Social”, produzida, sobretudo na Europa ocidental. O aparecimento desse fenômeno, desencadeou um avanço vertiginoso da ideologia neoliberal a nível global (HERMIDA; LIRA, 2018). Com a queda União Soviética (URSS), A nova direita ganhou espaço nas sociedades ocidentais e orientais, intensificando a disseminação da ideologia neoliberal, tendo sempre como princípios norteadores de suas políticas a diminuição das funções sociais do estado, a desregulamentação das leis trabalhistas e a privatização em massa de empresas estatais. (HERMIDA; LIRA, 2018)

No Brasil, as primeiras tentativas de implementação de reformas neoliberais surgem a partir dos governos Sarney (1985-1990), e Collor (1990-1992), mas é nos governos FHC (1995-2002), que elas se consolidam na política nacional (HERMIDA; LIRA, 2018). Durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), o Plano Real, instituído por Fernando Henrique Cardoso (FHC), na época ministro da fazenda, serviu de condução para um modelo econômico que contemplasse a cartilha neoliberal internacional. Desde de então, rompeu-se no Brasil o padrão desenvolvimentista de investimento estatal que orientava a economia do estado brasileiro nas décadas anteriores, em prol de um modelo de privatização e desregulamentação do estado Brasileiro. (HERMIDA; LIRA, 2018; LOPES; CAPRIO, 2008)

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, com 53 milhões de votos, alguns setores da sociedade desenvolveram a impressão que o governo romperia com a agenda neoliberal implementada nos governos anteriores, o que não se concretizou na prática. O projeto eleitoral dos governos petistas baseou-se na criação de uma aliança entre as camadas populares, médias e a burguesia nacional, promovendo políticas de diminuição da pobreza como: Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, etc., ao mesmo tempo que não questionava a estrutura econômica vigente. (HERMIDA; LIRA, 2018)

A partir de 2010, o deterioramento dos governos petistas se intensifica, levando ao golpe de 2016, que serviu para consolidar de vez as políticas neoliberais na sociedade brasileira, durante os governos de Michel Temer (2016-2019) (HERMIDA; LIRA, 2018). Duas das principais medidas neoliberais do governo Temer foram: a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que estabeleceu o congelamento de qualquer percentual de gasto público acima da inflação pelos próximos vinte anos, e a aprovação da Reforma Trabalhista —Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que a pretexto de flexibilização das relações trabalhistas, apenas ampliou a exploração do trabalho e suspendeu direitos históricos das classes populares.

Na área da educação, o neoliberalismo atua com o objetivo de retirar o caráter político da educação, na medida em que converte cidadãos críticos e estudantes, meramente em consumidores (LOPES; CAPRIO, 2018). Entendendo a escola enquanto um espaço de grande importância na sociedade devido ao seu caráter formativo, a ideologia neoliberal busca, paulatinamente, introduzir a cultura de mercado para o campo social, através de reformas na educação, com o intuito de formar mão de obra barata para reprodução do capital. (LOPES; CAPRIO, 2008)

Nesse sentido, podemos entender o neoliberalismo como uma doutrina econômica, política e social, que visa a manutenção do modo de produção capitalista, a não intervenção do estado na economia, a abertura da economia ao capital estrangeiro, a diminuição das funções sociais do estado, o sucateamento dos serviços públicos, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação de leis trabalhistas, e a promoção de uma lógica concorrencial, empresarial para todos os campos da vida. Trata-se, portanto, de uma ideologia capitalista que atribui ao Estado todos os males da sociedade. (LOPES; CAPRIO, 2008)

A Educação Integral em contexto nacional tem seu histórico com base nos princípios de John Dewey, destacando a reconstrução da experiência como elemento central da educação. A legislação brasileira reconhece a Educação Integral como política pública, influenciada por precursores como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. (CAVALIERE, 2002)

Os princípios de Dewey também fundamentaram o movimento escolanovista no Brasil, buscando reformular a proposta de educação integral para valorizar a experiência cotidiana e preparar os alunos para a vida (CAVALIERE, 2002). Anísio Teixeira desempenhou um papel fundamental na promoção da Educação Integral no Brasil, defendendo uma educação contínua inspirada nos ideais de Dewey e enfatizando a importância da escola em proporcionar condições de vida para as crianças. (CAVALIERE, 2009; TEIXEIRA, 1997 apud CAVALIERE, 2002)

O Primeiro Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), conhecido como Escola Parque de Salvador (BA), foi inaugurado na Bahia durante o período em que Teixeira foi Secretário de Educação e Saúde (TEIXEIRA, 1959). Também temos o Projeto da Escola Parque, que visava integrar escola e comunidade, oferecendo educação, saúde e alimentação para os alunos. Embora não tenha sido totalmente implementado, influenciou a criação de outras iniciativas educacionais. (TEIXEIRA, 1967)

Na década de 1980, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) foram estabelecidos no governo de Leonel Brizola, visando criar instituições escolares de tempo integral para alunos e professores (RIBEIRO, 1986). Essas instituições ofereciam aulas, atividades esportivas e culturais, assistência médica e refeições diárias, buscando promover transformações sociais e atender às necessidades das populações mais carentes. (RIBEIRO, 1986)

No entanto, apesar dos esforços, muitos desafios foram enfrentados na implementação dos CIEPs, incluindo problemas de gestão, falta de recursos e baixa capacidade de planejamento e inovação (RIBEIRO, 1986). Diferentes abordagens têm sido adotadas para promover a Educação Integral no Brasil, variando entre o modelo de escola de tempo integral e o modelo de aluno em tempo integral, de acordo com as realidades locais e as visões políticas sobre o papel da educação na sociedade. (CAVALIERE, 2007; 2009)

No entanto, os CIEPs enfrentaram desafios na implementação, incluindo a gestão complexa e a necessidade de integração entre educação, cultura e saúde (MONTEIRO, 2009). Apesar de alguns avanços, como a continuidade do programa sob o governo de Leonel Brizola, os CIEPs enfrentaram dificuldades de sustentabilidade. (RIBEIRO, 1995)

A proposta de educação integral continua relevante, especialmente em áreas urbanas com altos índices de pobreza e exclusão social (MONTEIRO, 2009). É necessário superar os desafios de implementação, garantindo o envolvimento político e comunitário e promovendo uma educação libertadora (MONTEIRO, 2009). Entre políticas públicas atuais, tivemos o Programa Mais Educação (2007 a 2017), destacando a importância de uma educação integral que promova aprendizagens significativas e articuladas com a comunidade (CAVALIERE, 2009; MAURÍCIO, 2012; MONTEIRO, 2009); e a Base Nacional Comum Curricular (2017 - atual), considerando uma

(…) visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem, a fim de promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2017, p. 14)

Assim, defendemos que a história das iniciativas de Educação Integral no Brasil, desde os projetos de Teixeira até os CIEPs, dialoga com a importância de uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento holístico dos estudantes e enfrentar desigualdades sociais. (TEIXEIRA, 1959; RIBEIRO, 1995; MONTEIRO, 2009)

 **Referências:**

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus aluno em tempo integral. Em aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 esp., p. 1015-1035, out. 2007.

CAVALIERE, Ana Maria; MAURICIO, Lúcia Velloso. A ampliação da jornada escolar nas regiões Nordeste e Sudeste: sobre modelos e realidades. Revista Educação em Questão (Online), v. 42, p. 251-273, 2012.

COLARES, M. L. I. S. ; BAPTISTA, T. N. F. Políticas educacionais, neoliberalismo e educação integral. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 11, n. 3, p. 873-891, set./dez. 2022.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Estado e Neoliberalismo no Brasil (1995-2018). Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63 set./dez. 2018.

LOPES, E. C. P. L. ; CAPRIO, M. As influências do Modelo Neoliberal na Educação. POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL (ONLINE), v. 05, p. 01/05-16, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. Ciep: escola de formação de professores. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 35-49, abr. 2009.

RAASCH, P. T. ; FILISBINO, F. ; BRAATZ, K. ; SOLER, R. D. V. Y. . O neoliberalismo na Educação: o sujeito como empreendedor de si. In: Congresso Nacional de Educação, 2020, Campina Grande. Anais do Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Editora Realize, 2020. v. 1. p. 1-10.

RIBEIRO, Darcy. A educação e a política: carta, falas, reflexões, memórias, informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Brasília, v. 5, n. 15, 1995.

RIBEIRO, Darcy. O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar., p. 78-84,1959.

TEIXEIRA, Anísio. A escola parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, abr./jun., p. 246-253, 1967.